

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.296 - GO (2019/0286410-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : FABIO ARAUJO SILVA (PRESO)
ADVOGADO : THIAGO BORGES LEITE DE CALDAS - DF040761
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por FABIO ARAUJO SILVA em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim ementado:

HABEAS CORPUS. DUPLO HOMICÍDIO QUALIFICADO. NEGATIVA DE AUTORIA. VIA ESTREITA. NÃO CONHECIMENTO. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. EXCESSO FUTURO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DA CUSTÓDIA CAUTELAR. NÃO OCORRÊNCIA. MEDIDAS CAUTELARES. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO. PREDICADOS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. INOCORRÊNCIA. 1 – A negativa de autoria deve ser apreciada em processo de conhecimento e não no rito célere do writ. 2 – Esta Corte de Justiça trabalha com o prazo de 178 dias como parâmetro razoável para a finalização da primeira fase do procedimento escalonado do Tribunal do Júri, consoante Ofício Circular nº 042/2011/ASSJ, atendendo recomendação da Corregedoria Nacional de Justiça (Ofício Circular nº 008/DMF). 3 – Não há ilegalidade a ser reparada pela via do remédio heroico, mormente quando atendido o princípio constitucional da motivação das decisões e as circunstâncias fáticas recomendam a manutenção da custódia cautelar do paciente. 4 – Restando comprovadas a inadequação e a insuficiência da substituição da custódia provisória por quaisquer das medidas cautelares alternativas elencadas no art. 319 do CPP, não há que se falar ilegalidade do constrangimento. 5 – Condições pessoais favoráveis não têm o condão de isoladamente desconstituir a custódia preventiva, se circunstâncias outras justificam a medida extrema. 6 – O princípio da presunção de inocência não é óbice ao recolhimento provisório, eis que a própria Constituição consta em seu art. 5º, LXI, ao permitir a possibilidade de prisão em flagrante ou por ordem fundamentada e escrita da autoridade competente.

ORDEM DENEGADA.

O recorrente foi preso temporariamente, custódia convertida em preventiva, e denunciado pela prática de homicídio qualificado.

Neste recurso, a defesa sustenta a inidoneidade do decreto prisional, ante a ausência dos requisitos do art. 312 do CPP, razão pela qual pugna pela revogação

da prisão preventiva ou, subsidiariamente, pela aplicação das medidas cautelares do art. 319 do CPP.

A liminar foi indeferida e as informações prestadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso.

Na origem, o processo n. 65153-81.2019.8.09.0100 ainda está na fase de alegações finais, consoante informações disponíveis no *site* do Tribunal *a quo*, em pesquisa realizada em 27/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado de sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A prisão preventiva foi decretada com esteio nos seguintes fundamentos:

[...] Da análise dos autos, verifico que o acusado GERONÇO BARBOZA DE SOUZA JÚNIOR, vulgo 'Júnior', foi denunciado como incurso nas sanções do artigo 121, §2º, inciso IV, do Código Penal (vítima Néelson Gomes dos Santos) e artigo 121, §2º, incisos IV e V, do Código Penal (vítima Terezinha Aparecida de Oliveira); enquanto o réu FÁBIO ARAÚJO SILVA foi denunciado como incurso nas penas do artigo 121, § 2º, inciso I e IV, c/c artigo 29, caput, ambos do Código Penal, pelos fatos ocorridos no dia 30/03/2019, na Rua Santa Ana, Qd. 123, Lt. 23, Gleba B, Jardim Ingá, nesta cidade, de forma que a sua custódia preventiva, no momento, é medida imprescindível, vez que satisfeitos os pressupostos e requisitos que ensejam e fundamentam sua prioridade.

A prisão temporária dos acusados foi decretada diante da imprescindibilidade para as investigações, pela existência de indícios de autoria no crime em tela, bem como para proceder ao interrogatório de ambos.

Ressalto que a prisão temporária e a prisão preventiva possuem finalidades distintas, pois a primeira constitui meio de acautelar as investigações e a segunda é aplicada mediante argumentação concreta (*fumus commissi delicti*), quando a liberdade do acusado implica perigo (*periculum libertatis*) à ordem pública, à ordem econômica, à conveniência da instrução criminal, ou à aplicação da lei penal.

No caso em questão, se encontra presente o *fumus commissi delicti*, uma vez que as provas apuradas até o presente momento demonstram a materialidade e indícios de autoria da conduta delituosa praticada, em tese, pelos acusados.

Segunda consta nos autos, na data do fato policiais militares foram acionados para atender uma ocorrência de perturbação de sossego em função de som alto e ao chegarem ao local constataram que a reclamação não procedia, mas em conversa com o Sr. Emerson Antônio de Oliveira, este informou que seus inquilinos Nelson e Terezinha não atendiam aos seus chamados, o que era

estranho.

Consta que, diante de tal informação, os policiais militares ingressaram na residência das vítimas Nelson e Terezinha, momento em que se depararam com elas mortas e com sinais de violência em seus corpos.

A testemunha Emerson Antônio de Oliveira, proprietário do imóvel alugado às vítimas, disse ter ouvido comentários sobre a dinâmica dos crimes, mas não quis falar os detalhes por ter receio de represálias.

Sobre a questão, a testemunha sigilosa M.B.P. relatou que na data dos fatos foi abordado por um conhecido, o qual lhe contou que Geronço Júnior teria sido o autor dos homicídios cometido contra as vítimas Nelson e Terezinha e que ele estaria se gabando do feito perante terceiros.

Relatou, ainda, ter ficado sabendo que os delitos foram motivados pelo fato do ofendido Nelson ter acionado a polícia por conta de perturbação de sossego, em razão do som alto que tocava no bar do acusado Fábio no dia anterior, o qual fica em frente à residência em que as vítimas moravam.

Diante disso, segundo relatado por M.B.P., o acusado Fábio se irritou com a atitude da vítima Nelson e comentou com os vizinhos que se vingaria dela, após o que tramou a morte dela com o corréu Geronço Júnior.

Disse que na data do fato o investigado Geronço Júnior ficou o dia todo no bar do réu Fábio, fazendo uso de bebidas alcoólicas e drogas, e que, segundo uma vizinha, Júnior ingressou na residência das vítimas pulando o muro lateral, matando-as na sequência.

No que se refere ao periculum libertatis, destaco a conveniência da instrução criminal, aplicação da lei penal, bem como para garantir a ordem pública, **diante da periculosidade concreta da conduta, vez que o réu Geronço supostamente executou as vítimas Nelson e Terezinha com golpes de faca, sem que elas pudessem revidar às agressões sofridas, instigado pelo corréu Fábio, em razão de Nelson ter registrado boletim de ocorrência em desfavor deste por perturbação do trabalho ou sossego alheio, noticiando som de música alto em seu bar.**

[...]

Nesse contexto, verifico que nenhuma das medidas cautelares diversas da prisão estabelecidas pelo artigo 319 do Código de Processo Penal se revelam suficientes e adequadas para resguardar a ordem pública, ao menos segundo os elementos existentes até agora nos autos, mostrando-se a prisão preventiva medida necessária e conveniente, como prevê o artigo 312 do Código de Processo Penal.

Ante o exposto, com fundamento nos artigos 312 e 313, inciso I, ambos do Código de Processo Penal, CONVERTO em PRISÃO PREVENTIVA a temporária decretada em desfavor dos acusados: [...]

Como se vê, a prisão preventiva está devidamente fundamentada na necessidade de se resguardar a ordem pública, diante da periculosidade social do recorrente que encomendou a morte de seu desafeto, motivado por vingança, dado

o registro de boletim de ocorrência pela vítima por perturbação da paz em razão da música alta de seu bar. Por consequência, a esposa da vítima também foi atacada e morta pelo corréu e executor do delito, que atacou o casal com golpes de faca.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na conduta violenta.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. FEMINICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. NEGATIVA DE AUTORIA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ESTREITA DO WRIT. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DA AGENTE. PRIMARIEDADE. IRRELEVÂNCIA. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

[...]

3. Para a decretação da prisão preventiva é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, mesmo que a decisão esteja pautada em lastro probatório, que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP), demonstrada, ainda, a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.

4. O decreto de prisão cautelar encontra-se devidamente fundamentado, tal qual exige a legislação vigente. Foram regularmente tecidos argumentos idôneos e suficientes ao cárcere provisório do paciente na decisão transcrita, para garantir a integridade física e psicológica da vítima, além da ordem pública, a qual restou abalada, notadamente diante do *modus operandi* da conduta - o paciente teria agredido a vítima com socos e golpes de faca, não consumando o feminicídio por circunstâncias alheias a sua vontade.

Precedentes.

5. Presentes os requisitos autorizadores da segregação preventiva, eventuais condições pessoais favoráveis não são suficientes para afastá-la. 6. Demonstrados os pressupostos e motivos autorizadores da custódia cautelar, elencados no art. 312 do CPP, não se vislumbra constrangimento ilegal a ser reparado de ofício por este Superior Tribunal de Justiça.

7. Habeas corpus não conhecido.

(HC 513.478/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 30/08/2019)

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. TENTATIVA DE FEMINICÍDIO. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA.

GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA E PERICULOSIDADE DO AGENTE. FUNDADO TEMOR DA VÍTIMA. EVASÃO DO DISTRITO DA CULPA. CAUTELARES DIVERSAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas -, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. São idôneas as razões invocadas para justificar a decretação da prisão preventiva, diante da gravidade concreta do delito e da periculosidade do réu, evidenciadas pelo modus operandi da tentativa de feminicídio, precedida de agressões e ameaças contra a vítima, em razão de ciúme excessivo que ele nutria por sua ex-companheira.

Destaca-se, ainda, o fundado temor da ofendida, que chegou a requerer medida protetiva - pleito atendido para resguardar sua integridade física. Ademais, o recorrente empreendeu fuga e permanece se ocultando até a presente data, circunstância superveniente que reforça a necessidade da custódia preventiva para a garantia da instrução criminal e da aplicação da lei penal.

3. Pelas mesmas razões, inviável a aplicação de medidas cautelares diversas, porquanto, nessas circunstâncias, a segregação cautelar é a única forma de se garantir a ordem pública, salvaguardar a integridade física da vítima, a instrução criminal e a futura aplicação da lei penal.

4. Recurso não provido.

(RHC 101.244/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/06/2019, DJe 10/06/2019)

Deste modo, não se denota ilegalidade apta a ensejar reparação por esta Corte Superior.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro NEFI CORDEIRO
Relator